

RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS DO ANO 2011

INFORMAÇÃO GERAL

O Conselho Geral da Ordem dos Advogados é um órgão da Ordem dos Advogados, conforme o disposto no nº 2 do artº 9º do Estatuto da Ordem dos Advogados.

Nos termos do disposto na alínea q) do nº 1 do artº 45º do Estatutos da Ordem dos Advogados, o Conselho Geral deve submeter à aprovação da Assembleia Geral as contas relativas ao ano civil anterior, conjuntamente com o respectivo relatório sobre as atividades anuais que forem apresentadas pelo Bastonário.

O presente relatório respeita às contas do ano de 2011, as quais, depois de aprovadas pelo órgão, serão integradas nas contas globais da Ordem dos Advogados, conjuntamente com as contas dos Conselhos Distritais, sendo que estas integram as contas dos Conselhos de Deontologia e das Delegações da sua jurisdição territorial.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentam-se em seguidas as demonstrações financeiras;

- Balanço analítico em 31 de Dezembro de 2011
- Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2011
- Demonstração das alterações no capital próprio
- Demonstração dos fluxos de caixa
- ANEXO

ORDEM DOS ADVOGADOS CONSELHO GERAL

Ordem dos Advogados - Conselho Geral
NIF 500965099

EURO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2011	2.010,00
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.1, 4	640.454,75	677.498,22
Ativos intangíveis	4	7.293,10	0,00
Outros ativos financeiros	5.3-iii	3.201,04	3.201,04
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
		650.948,89	680.699,26
Ativo corrente			
Inventários	3.2, 6	58.573,30	47.713,88
Clientes	3.3.1, 5.2	41.940,79	113.434,58
Adiantamentos a fornecedores	10	8.653,04	7.782,07
Estado e outros entes públicos	11	25.019,22	11.602,97
Advogados	5.1	3.410.883,95	2.569.446,19
Estruturas da Ordem dos Advogados	10	717.236,96	563.247,31
Outras contas a receber	5.3-ii	639.180,09	141.608,32
Diferimentos	7	417.138,66	447.245,80
Outros Ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	3.3.2, 3, 8	4.107.547,99	7.728.443,46
		9.426.174,00	11.630.524,58
Total do Ativo		10.077.122,89	12.311.223,84
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundo social		2.126.249,76	2.126.249,76
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		2.916.727,54	2.390.186,58
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período		658.682,81	622.006,96
Interesses minoritários			
Total do capital próprio	9	5.701.660,11	5.138.443,30
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	10	496.793,91	471.690,53
Adiantamentos de clientes	5.2	10.561,30	0,00
Estado e outros entes públicos	11	124.488,76	81.690,16
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Estruturas da Ordem dos Advogados	10	2.369.445,30	1.762.682,66
Outras contas a pagar	3.3.5, 10	394.141,76	292.226,01
Diferimentos	7	980.031,75	4.564.491,18
Passivos não correntes detidos para venda			
		4.375.462,78	7.172.780,54
Total do passivo		4.375.462,78	7.172.780,54
Total do capital próprio e do passivo		10.077.122,89	12.311.223,84

ORDEM DOS ADVOGADOS CONSELHO GERAL

Ordem dos Advogados - Conselho Geral
NIF 500965099

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2011			€URO
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
Vendas e prestação de serviços	3.5, 12	273.994,77	308.435,03
Rendimentos estatutários	3.5, 12	14.160.017,25	12.922.264,82
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	5.000,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6, 1.4, 17	-12.296,82	-11.769,57
Fornecimentos e serviços externos	14, 17	-10.759.074,36	-9.861.433,67
Gastos com o pessoal	13	-1.707.408,50	-1.493.631,69
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	-275.928,08	-3.761,32
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12	661.592,92	654.766,08
Outros gastos e perdas	12, 14	-1.716.819,31	-1.800.687,62
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		624.077,87	719.182,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14	-125.260,96	-135.822,66
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		498.816,91	583.359,40
Juros e rendimentos similares obtidos	12	203.650,83	50.105,79
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		702.467,74	633.465,19
Imposto sobre o rendimento do período	3.7, 15	-43.784,93	-11.458,23
Resultado líquido do período	9	658.682,81	622.006,96

ORDEM DOS ADVOGADOS CONSELHO GERAL

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Descrição	Notas	Fundo Associativo	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do ano 2010		2.126.249,76	1.718.813,52	679.993,46	4.525.056,74
Aplicação de resultados			729.219,38	-729.219,38	0,00
Transferência de resultados			-49.225,92	49.225,92	0,00
Correção do débito de certificados digitais			28.236,70		28.236,70
Harmonização de saldos internos			-6.351,89		-6.351,89
Reajustamento do saldo de dívidas de advogados			-30.505,21		-30.505,21
Resultado apurado no período				622.006,96	622.006,96
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		2.126.249,76	2.390.186,58	622.006,96	5.138.443,30
Saldo em 01 de Janeiro de 2011		2.126.249,76	2.390.186,58	622.006,96	5.138.443,30
Aplicação de resultados	9		622.006,96	-622.006,96	0,00
Reajustamento do saldo das contas do ativo fixo	3.9		57.910,36		57.910,36
Reajustamento do saldo das contas de amortizações acumuladas	3.9		-53.401,36		-53.401,36
Harmonização de saldos internos - reconhecimento de subsídio	9		-99.975,00		-99.975,00
Resultado apurado no período	9			658.682,81	658.682,81
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		2.126.249,76	2.916.727,54	658.682,81	5.701.660,11

Demonstração dos fluxos de caixa

	Notas	2011	2010
Saldo do ano anterior		7.728.443,46	2.754.846,82
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos		8.097.406,15	17.336.270,42
Quotizações		4.382.852,86	10.538.711,33
Recebimento antecipado de quotas		979.870,50	4.564.491,18
Receita da Procuradoria e Taxa Cível		2.227.531,15	1.817.755,91
Laudos		109.801,15	72.512,50
Inscrições no Exame Nacional de Acesso		0,00	14.700,00
Patrocínios		24.296,58	23.685,00
Publicidade		114.703,13	82.488,62
Vendas de agendas e outros artigos da loja		17.924,54	15.466,00
Emolumentos		84.544,00	97.725,00
Segundas vias de cédulas		4.581,00	3.925,00
Juros de aplicações		120.578,34	48.585,74
Outros recebimentos		30.722,90	56.224,14
Pagamentos		11.718.301,62	12.363.875,78
Despesas correntes		11.399.214,36	11.957.157,82
Gastos com pessoal		1.535.762,76	1.480.215,61
Remunerações		925.003,89	868.830,28
Contribuições e descontos para a Segurança Social		334.290,65	320.777,69
Impostos retidos		252.132,77	234.472,00
Seguro de acidentes de trabalho		7.964,74	12.290,92
Seguro de saúde grupo		7.707,20	36.973,81
Outros gastos com pessoal		8.663,51	6.870,91
Transferências para Conselhos Distritais - quotizações		4.273.640,94	4.926.744,70
Transferências para Conselhos Distritais e Delegações - apoio financeiro		249.157,86	290.836,69
Fornecimentos e serviços externos		5.340.652,80	5.259.360,82
Fluxo operacional	8	-3.301.808,21	5.379.112,60

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos relativos a:		
Equipamento informático	52.127,66	6.837,65
Programas de informática	10.939,65	0,00
Equipamento de escritório	15.018,89	8.632,10
Mobiliário	2.421,99	1.829,10
Outro equipamento	0,00	4.101,25
Biblioteca e objetos de arte	10.493,40	19.878,31
Certificados digitais e cédulas profissionais	228.085,67	365.439,55
Total	319.087,26	406.717,96
Recebimentos relativos a:		
Equipamento de escritório	0,00	1.202,00
Total	0,00	1.202,00
Fluxo das atividades de investimento	8 -319.087,26	-405.515,96
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos relativos a:		
Fornecedores de bens de investimento	0,00	0,00
Pagamentos relativos a:		
Fluxo das atividades de financiamento	8 0,00	0,00
Saldo para o período seguinte	4.107.547,99	7.728.443,46
Varição de caixa e seus equivalentes	8 -3.620.895,47	4.973.596,64

Decomposição do saldo de caixa e seus equivalentes		
	2011	2010
Caixa	6.050,00	6.050,00
Depósitos à ordem	1.600.201,12	4.721.096,59
Depósitos a prazo	2.501.296,87	3.001.296,87
Total	4.107.547,99	7.728.443,46
	4.107.547,99	7.728.443,46

Breve comentário às Demonstrações Financeiras

Balanço

	2011	2010
ATIVO	10.077.123	12.311.224
PASSIVO	4.375.463	7.172.781
CAPITAL PRÓPRIO	5.701.660	5.138.443

Como tem ocorrido nos anos anteriores, a origem principal das variações do ativo e do passivo reside na circunstância de o recebimento anual antecipado de quotizações não ocorrer sempre, na sua totalidade, no ano anterior àquele a que as mesmas respeitam, devendo estas variações ser tidas em conta na análise dos indicadores financeiros.

Rendimentos a reconhecer	2011	2010
Recebimento antecipado de quotas	979.870,50	4.564.491,18

Também as variações decorrentes das operações internas - designadamente as operações entre o Conselho Geral e os Conselhos Distritais - devem ser desconsideradas para o mesmo efeito.

Já o aumento dos créditos ou das dívidas junto de terceiras entidades, deve merecer atenção particular, na medida em que estas variações afetam, de facto, a estrutura financeira do Conselho Geral e bem assim a das contas consolidadas da O. A.

	2011	2010
Liquidez geral	2,15	1,62
Autonomia financeira	57%	42%

Meramente a título de exemplo, desconsiderando os recebimentos anuais antecipados de quotizações, a liquidez geral baixa, tanto em relação a 2010, quanto em relação a 2011, melhorando tanto num cenário como no outro.

Em contrapartida, a autonomia financeira apresentar-se-ia com uma posição inversa - 63% em 2011, contra 66% em 2010.

Demonstração de Resultados por Naturezas

Em termos globais as variações, quer dos rendimentos, quer dos gastos tiveram impacto relevante nos resultados:

De facto, a variação foi muito aproximada em termos percentuais, tendo os gastos crescido cerca de 9,93%, contra um crescimento dos rendimentos de cerca de 9,75%.

Deste modo, o resultado do período fixou-se em valor ligeiramente superior: 658.682,81 €, contra 622.006,96 €, apurados no ano anterior.

Importa, contudo, realçar, que o resultado está significativamente influenciado pelos ganhos financeiros que quadruplicaram os obtidos no ano anterior.

Para melhor compreensão e interpretação dos resultados, remete-se para a análise da execução orçamental, anexa às presentes contas, bem como para a nota 14 do Anexo.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método directo, explicitando os recebimentos pelas respetivas naturezas, por se entender que, desta forma se disponibiliza melhor informação aos utentes quanto à sua origem.

A análise da variação do caixa e seus equivalentes é feita na nota 8, do Anexo, adiantando-se desde já que a principal variável que influenciou esta variação relaciona-se com os comentários breves, feitos acerca do Balanço, a propósito do “recebimento anual antecipado de quotizações”.

Ou seja, a diminuição do saldo de caixa e seus equivalentes não resulta de uma gestão desequilibrada da tesouraria, antes decorre da dinâmica inerente ao processo do recebimento anual antecipado de quotizações

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do órgão: Conselho Geral da Ordem dos Advogados

Morada: Largo de S. Domingos, nº 14-1º - 1160-060 LISBOA

Natureza: Pessoa colectiva pública de natureza associativa

Entidade jurídica: ORDEM DOS ADVOGADOS

Sede: Largo de S. Domingos, 14-1º - 1160-060 LISBOA

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Ordem dos Advogados, está abrangida pelo Sistema de Normalização Contabilística, publicado em anexo ao Decreto-Lei 158/2009, de 13 de Julho.

Embora já se encontre em vigor o normativo contabilístico aplicado às entidades do setor não lucrativo (ESNL), em que a Ordem dos Advogado se insere, o mesmo só será adotado a partir de 1 de janeiro de 2012, não só por a sua adoção ter sido facultativa para o ano de 2011, como também, e essencialmente, por o Decreto-Lei 36-A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime de normalização contabilístico em causa, ter entrado em vigor no dia 10 de Março de 2011, já com a contabilidade deste ano em curso.

Atenta a sua especificidade, e sem prejuízo da observância das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI), a Ordem dos Advogados (OA) adotou códigos de contas adequados ao reconhecimento e controlo de determinadas operações, designadamente aquelas que respeitam a operações internas, derrogando-se, assim a adoção de alguns dos códigos de contas, constantes do Código de Contas que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nestes termos, o Conselho Geral adota o mesmo referencial contabilístico que os demais órgãos da OA, pelo que a preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras obedeceram ao SNC e às respectivas NCRF, bem como foram adotadas as mesmas políticas contabilísticas.

Salvo indicação em contrário, o €uro é a moeda de expressão das demonstrações financeiras, até duas casas decimais, podendo os valores de alguns quadros explicativos de determinadas rubricas ou atividades serem arredondados para o €uro.

De igual modo, e salvo menção em contrário, todas as referências feitas neste relatório a valores, o são com referência à moeda €uro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E IMPARIDADES

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos.

Deste modo, as demonstrações financeiras informam não só as transações passadas envolvendo o recebimento e o pagamento de caixa, mas também as obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representam caixa a ser recebida no futuro.

Foram as seguintes as principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das presentes demonstrações financeiras:

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são reconhecidos e mensurados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com a sua vida útil média, fixada para grupos homogéneos de bens.

Considera-se também como valor residual para cada grupo homogéneo de bens, logo para cada um dos elementos respectivos, o valor estimado de realização, com exceção dos equipamentos de informática para os quais não se considera qualquer valor residual, na medida em que, a existir, o seu valor de realização não é materialmente relevante.

O Conselho Geral realiza testes de imparidade aos elementos do seu ativo fixo tangível com uma periodicidade de dois anos.

3.2 Inventários

As mercadorias são mensuradas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

São reconhecidas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

3.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros no Conselho Geral classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respectiva:

3.3.1 Clientes e outras dívidas a receber

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas quando há informação objetiva da incobrável da dívida ou probabilidade remota da sua recuperação.

3.3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.3.3 Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 90 dias e 180 dias, podendo ser renovados automaticamente e os juros negociados e líquidos da retenção de impostos, creditados na conta depósitos à ordem, na data do respetivo vencimento.

3.3.4 Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis e outras aplicações financeiras são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou de mercado.

3.3.5 Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e estão registadas pelo valor nominal.

3.3.6 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

3.4 Instrumentos financeiros de médio e longo prazo

Consideram-se instrumentos financeiros de médio e longo prazo, sempre que a sua conversão em caixa ou seus equivalentes, corresponda a um período superior a um ano. Neste caso, utiliza-se, para a sua mensuração, o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado à taxa de juro efetivo.

3.5 Reconhecimento do rédito

Os réditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço.

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

Já quanto aos rendimentos estatutários, apenas as quotizações, são reconhecidos na demonstração de resultados à data do seu vencimento, pelo valor bruto incluindo os descontos concedidos pelo recebimento antecipado, estando este desconto reconhecido nos gastos e cuja recuperação em 50% do seu montante é reconhecida nos rendimentos.

Este critério é apenas considerado nas contas individuais de cada um dos órgãos - Conselho Geral e Conselhos Distritais - para efeito de controlo interno destas operações. Nas contas consolidadas, a política adotada é a do seu reconhecimento ser feito pelo valor líquido de descontos, ou seja, pelo justo valor a receber.

No reconhecimento dos gastos e dos rendimentos, o Conselho Geral segue o princípio da especialização dos exercícios, pelo que, uns e outros, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

3.6 Provisões, ativos e passivos contingentes

Sempre que o Conselho Geral reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas que se mantenha a possibilidade de afetar os exercícios futuros, o CG não reconhece um passivo contingente mas promove a sua divulgação.

No que respeita a ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.7 Imposto sobre o rendimento

A Ordem dos Advogados é uma entidade sem fins lucrativos. Todavia, pode realizar operações de natureza comercial, passíveis de tributação em imposto sobre o rendimento, além dos rendimentos de capitais, resultantes de aplicações financeiras.

O CG também poderá realizar operações de natureza comercial e também pode obter rendimentos de capital, decorrentes de aplicações financeiras que realize.

Neste caso procede à estimativa do imposto sobre o rendimento, aplicando a taxa de IRC das entidades sem finalidade lucrativa, à matéria tributável determinada com base nas regras estabelecidas no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos, sempre que existam diferenças temporárias tributáveis.

Ocorrendo estas situações, as estimativas para impostos diferidos são anualmente revistas.

3.8 Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de exercício, são refletidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.9 Alteração de políticas, estimativas e erros fundamentais

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, proceder-se-á à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do exercício em que são identificados.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os bens do ativo fixo tangível estão mensurados ao custo de aquisição e as depreciações são reconhecidas de forma linear durante o período de vida útil médio estimado para grupo homogêneo de bens, deduzido do valor residual, sendo:

- Mobiliário - 10-15 anos
- Computadores - 3-4 anos
- Impressoras, fotocopiadoras e outro equipamento de escritório - 4-6 anos
- Telemóveis - 3-4 anos
- Instalações - 2-3 anos

No quadro seguinte demonstra-se o movimento operado no período:

Ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Biblioteca	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Em 01 de Janeiro de 2010						
Valor de aquisição	343.409,88	40.000,00	1.432.264,53	818.420,56	8.813,14	2.642.908,11
Reavaliação das depreciações	30.418,00	5.000,00	42.090,00	20.460,00	551,00	98.519,00
Alteração da política de depreciações	6.090,89	0,00	10.001,82	31.992,67	1.140,54	49.225,92
Depreciação acumulada	-81.799,38	-35.000,00	-1.354.904,08	-425.704,36	-5.824,71	-1.903.232,53
Valor líquido	261.610,50	5.000,00	77.360,45	392.716,20	2.988,43	739.675,58
Em 31 de Dezembro de 2010						
Valor de aquisição	343.409,88	40.000,00	1.432.264,53	818.420,56	8.813,14	2.642.908,11
Transferências	0,00	0,00	-4.087,91	0,00	4.087,91	0,00
Aquisições	0,00	0,00	59.002,99	14.642,31	0,00	73.645,30
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	343.409,88	40.000,00	1.487.179,61	833.062,87	12.901,05	2.716.553,41
Depreciação do período	19.235,96	0,00	40.874,55	73.627,82	2.084,33	135.822,66
Alienações e transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas	-101.035,33	-35.000,00	-1.395.778,64	-499.332,18	-7.909,04	-2.039.055,19
Valor líquido	242.374,55	5.000,00	91.400,97	333.730,69	4.992,01	677.498,22

ORDEM DOS ADVOGADOS CONSELHO GERAL

Em 01 de Janeiro de 2011

Valor de aquisição	343.409,88	40.000,00	1.487.179,61	833.062,87	12.901,05	2.716.553,41
Depreciação acumulada	-101.035,33	-35.000,00	-1.395.778,64	-499.332,18	-7.909,04	-2.039.055,19
Valor líquido	242.374,55	5.000,00	91.400,97	333.730,69	4.992,01	677.498,22

Em 31 de Dezembro de 2011

Valor de aquisição	343.409,88	40.000,00	1.487.179,61	833.062,87	12.901,05	2.716.553,41
Reajustamentos de saldos dos ativos fixos	0,00	0,00	53.624,74	0,00	4.285,62	57.910,36
Aquisições	0,00	0,00	61.511,18	10.493,40	8.057,36	80.061,94
Subtotal	343.409,88	40.000,00	1.602.315,53	843.556,27	25.244,03	2.854.525,71
Depreciação do período	19.235,88	0,00	24.928,16	74.139,73	3.310,64	121.614,41
Reajustamentos de saldos das amortizações acumuladas	1,25		49.821,48	0,61	3.578,02	53.401,36
Depreciações acumuladas	-120.272,46	-35.000,00	-1.470.528,28	-573.472,52	-14.797,70	-2.214.070,96
Valor líquido	223.137,42	5.000,00	131.787,25	270.083,75	10.446,33	640.454,75

Os reajustamentos efetuados aos saldos dos ativos fixos tangíveis, bem como às amortizações acumuladas, decorreram de, no âmbito do processo de registo do inventário físico dos bens no sistema informático, terem sido identificados erros na valoração feita em alguns desses bens.

Esta correção é feita em observância da NCRF nº 4, ressalvando-se que esta correção não tem incidência no imposto sobre o rendimento, pelo que nada há a divulgar sob a NCRF nº 25 (Norma sobre o Imposto sobre o Rendimento).

Ativos intangíveis	Programas de computadores
Em 01 de Janeiro de 2011	
Valor de aquisição	0,00
Depreciação acumulada	0,00
Valor líquido	0,00
Em 31 de Dezembro de 2011	
Valor de aquisição	0,00
Aquisições	10.939,65
Subtotal	10.939,65
Depreciação do período	3.646,55
Depreciações acumuladas	-3.646,55
Valor líquido	7.293,10

O quadro precedente divulga o montante investido em programas de computadores, a que foi atribuído um período de vida útil de 3 anos.

Os programas adquiridos satisfazem os requisitos da NCRF 6 (definição, reconhecimento e mensurabilidade), sendo evidentes os benefícios económicos futuros, pelo que reúne os critérios para serem reconhecidos como ativos.

5. CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

5.1 - A principal rubrica de devedores respeita às dívidas de quotizações de advogados, que se apresenta do seguinte modo:

i) Dívidas de Advogados - quotizações		2011	2010
Dívidas com maturidade até 5 anos		3.410.883,95	2.569.446,19
Dívidas com maturidade de 5 ou mais anos		1.128.116,52	938.594,95
	Dívida total	4.539.000,47	3.508.041,14
Imparidades acumuladas		-1.128.116,52	-938.594,95
Líquido a receber		3.410.883,95	2.569.446,19

A crise económica é uma das explicações para este fenómeno, constatando-se que o maior aumento (33%) verificou-se nas quotas com maturidade até 5 anos, quando o aumento nas quotas com maturidade com mais de 5 anos foi de 20%.

5.2 - O saldo da conta clientes corresponde essencialmente a prestações de serviços relativos a inserção de publicidade no Boletim da Ordem dos Advogados e a patrocínios.

Cientes	2011	2010
Clientes nacionais	103.142,53	118.401,66
Clientes mercado comunitário	32.000,00	15.000,00
Adiantamento de clientes	-10.561,30	
Imparidades acumuladas	-93.201,74	-4.967,08
Líquido a receber	31.379,49	128.434,58

Realça-se que, além dos 33.000,00 € considerados incobráveis no ano anterior, do atual montante por receber, 75% apresentam uma probabilidade de cobrança

praticamente nula, pelo que, dando cumprimento à exigência da NCRF 12, bem como às políticas contabilísticas em vigor na OA, foi reconhecida a respetiva perda por imparidade.

5.3 - Além das dívidas de clientes, o Conselho Geral possui outros créditos, dos quais se destacam os mais relevantes:

ii) Outros devedores

Outros devedores	2011	2010
Pessoal - adiantamentos	11.975,31	9.531,72
Advogados em contencioso-custas	32.925,64	34.753,79
Advogados	300,00	
CTT - FINANÇA (quotas cobradas)	13.338,64	19.913,73
UALP-União dos Advogados de Língua Portuguesa		99.099,37
Caixa Geral de Depósitos (juros)	8.333,33	
Millenium BCP (juros)	81.333,33	
IGFIJ, I.P.	408.168,93	
CPAS	108.083,49	
Direção Geral da Administração	400,00	
Leading Congress & Association	7.040,00	
Penhoras com obrigação reconhecida		929,92
Indemnização de sinistro a receber	207,06	
Imparidades acumuladas	-32.925,64	-34.753,79
Líquido a receber	639.180,09	129.474,74

Esclarece-se que, com exceção das custas pagas em processos de cobrança coerciva de quotas, no montante de 32.925,64 € e de adiantamentos efetuados a pessoal de 11.975,31 €, todas as demais rubricas respeitam ao reconhecimento de rendimentos:

- CTT - Finanças -13.338,34 €: respeita a quotas cobradas através desta empresa e que no dia 31 de Dezembro ainda não estava confirmado o seu crédito na nossa conta bancária, o que só veio a ocorrer já em 2012;
- IGFIJ, IP - 408.168,93 €: esta verba refere-se a taxas de justiça cível e a laudos do ano 2011, cujo recebimento só se veio a verificar em 2012;
- CPAS - 108.083,49 €: diz respeito a receita da procuradoria e a taxas de justiça cível, respeitantes ao ano 2011, verba transferida para o CG em 2012;

- Leading Congress & Association -7.040,00 €: respeita à receita proveniente das inscrições no VII Congresso dos Advogados, por si recebida, em nome da OA, quantia transferida para o CG em 2012.
- Millenium BCP e Caixa Geral de Depósitos - 89.666,66 €: Trata se de juros de aplicações financeiras reconhecidos com referência ao ano de 2011, mas que apenas serão creditados na data do respetivo vencimento, o qual só ocorre em Maio de 2012.

Ora, apenas os créditos respeitantes a custas por nós suportadas nos processos de cobrança coerciva de quotas apresentam reduzida probabilidade de cobrança, pelo que se encontra reconhecida a sua imparidade. Ainda assim, durante o ano de 2011, aquele crédito foi reduzido em 1.828,15 €, tendo sido reconhecida a respetiva reversão, nos termos da já referida NCRF 12.

iii) Outros ativos financeiros

Consta no Balanço, classificado como Ativo não corrente, a verba de € 3.201,04 que se refere a cauções prestadas junto das empresas EDP, CTT e ELIS.

6. INVENTÁRIOS

O Conselho Geral possui, na sua “loja”, um conjunto de artigos com imagem corporativa, obras literárias e outros artigos que são disponibilizados aos advogados, através de venda.

Estes artigos estão mensurados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

	2011	2010
Mercadorias	58.573,30	47.713,88

7. DIFERIMENTOS

Em observância do princípio da periodização económica, foram diferidos para os períodos subsequentes a que respeitam, quer os gastos já pagos, quer os rendimentos já recebidos, conforme os quadros seguintes:

ORDEM DOS ADVOGADOS CONSELHO GERAL

Gastos a reconhecer	2011	2010
Certificados digitais	259.142,59	342.718,50
Cédulas profissionais	14.727,71	25.335,07
Rendas	4.158,00	4.144,62
Seguros	65.778,14	67.114,35
Serviços especializados	415,73	7.312,32
Quotizações de filiação	3.018,81	
Licenças temporárias	9.289,28	
Serviços de manutenção de servidores (contrato de garantia para 5 anos)	51.375,68	
Campanha sobre Advocacia	3.878,99	
Pesquisa de notícias sobre a OA (<i>clipping</i>)	3.542,40	
Medicina, higiene e segurança	300,88	310,94
Outros gastos a reconhecer	1.510,45	311,00
	417.138,66	447.246,80

Rendimentos a reconhecer	2011	2010
Recebimento antecipado de quotas	979.870,50	4.564.491,18
Laudos	161,25	
	980.031,75	4.564.491,18

8. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

O Conselho Geral não realizou atividades de financiamento e, quanto a atividades de investimento efetuou o pagamento da aquisição de algum equipamento para substituição do existente, além do investimento na aquisição de certificados digitais e cédulas profissionais, apresentando-se o caixa e seus equivalentes com a decomposição constante do mapa que segue:

Foram os seguintes, os fluxos:

Resumo dos fluxos de caixa e seus equivalentes	2011	2010
Saldo do ano anterior	7.728.443,46	2.754.846,82
Fluxo operacional	-3.301.808,21	5.379.112,60
Fluxo das atividades de investimento	-319.087,26	-405.515,96
Fluxo das atividades de financiamento	0,00	0,00
Saldo para o ano seguinte	4.107.547,99	7.728.443,46
Varição dos fluxos de caixa e seus equivalentes	-3.620.895,47	4.973.596,64

Merecem destaque, as seguintes notas:

- i) A variação do saldo de caixa e seus componentes não significa diminuição efetiva de disponibilidades, no montante acima, porquanto essa variação tem origem no recebimento anual antecipado de quotizações, que nem sempre ocorre no ano anterior àquele a que respeita. Foi o que aconteceu no exercício de 2011, em que não foi possível agilizar o processo de emissão e cobrança antecipada da quota anual, ao contrário do que ocorreu em 2010.
- ii) De facto, em 2010 foi possível encaixar ainda dentro deste ano o valor das quotizações recebidas antecipadamente, o que explica uma variação significativamente positiva de 2009 para 2010 e uma variação significativamente negativa de 2010 para 2011.
- iii) Por isso, para melhor conhecimento da variação efetiva do caixa e seus componentes devemos expurgar as quantias relativas ao recebimento antecipado de quotizações. Deste modo, concluímos que a variação, embora negativa (diminuição de 36.274,79 €), não foi relevante.

9. CAPITAIS PRÓPRIOS

Os capitais próprios são constituídos essencialmente pelo Fundo Associativo, o qual tem origem nos resultados transitados dos períodos anteriores, por resultados transitados e pelo resultado líquido do período.

Importa acrescentar que, em termos de substância, correspondendo os Capitais Próprios ao Fundo Associativo, os próprios Resultados Transitados, são, por conseguinte, parte integrante deste.

A não integração técnica dos Resultados Transitados no Fundo Associativo permite-nos sempre fazer uma análise histórica evolutiva da situação patrimonial do Conselho Geral, sendo que esta análise tem maior relevância nas contas consolidadas da OA.

Assim, o Fundo Associativo - € 2.126.249,76 - respeita ao somatório do Fundo original acrescido dos ganhos e deduzidos das perdas reconhecidas até ao ano de 2001.

Os Resultados Transitados respeitam aos resultados apurados em cada um dos anos desde 2002 até ao ano 2010 - € 2.946.234,64 - e a “Outras Variações do Capital Próprio” ocorridas no mesmo período - € 29.507,10, de variações negativas acumuladas não incluídas nos resultados de cada um dos períodos.

Resumindo, e conforme consta nas demonstrações financeiras, as variações nos capitais próprios tiveram a seguinte origem:

	<u>2010</u>
Correcção do débito de certificados digitais	28.236,70
Harmonização de saldos internos	-6.351,89
Reajustamento do saldo de dívidas de advogados	-30.505,21
Resultado apurado no período	622.006,96
Total	<u>613.386,56</u>

	<u>2011</u>
Reajustamento do saldo das contas do ativo fixo	57.910,36
Reajustamento do saldo das contas de amortizações acumuladas	-53.401,36
Harmonização de saldos internos - reconhecimento de subsídio	-99.975,00
Resultado apurado no período	658.682,81
Variação total	<u>563.216,81</u>

10. FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

As dívidas a fornecedores e a outros credores estão reconhecidas pelo valor nominal, sendo elevada a probabilidade de pagamento no horizonte de um ano.

Destacam-se as rubricas mais relevantes:

Fornecedores	<u>2.011</u>	<u>2.010</u>
Fornecedores nacionais	496.793,91	471.690,53
Adiantamentos a fornecedores	-8.653,04	-7.782,07
Líquido a pagar	<u>488.140,87</u>	<u>463.908,46</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS CONSELHO GERAL

Outros credores	2.011	2.010
Fornecedores de investimentos	0,00	32.823,04
Credores por acréscimo de gastos - Encargos com férias	222.433,61	184.289,95
Credores por acréscimo de gastos - Deslocações	33.164,40	
Credores por acréscimo de gastos - Divulgação institucional	36.900,00	
Outros credores por acréscimo de gastos	91.780,80	52.312,37
CPAS - taxas de justiça	7.900,00	7.900,00
Ministério da Justiça	1.825,00	1.825,00
Outros credores	137,95	631,65
Líquido a pagar	394.141,76	279.782,01

Como se pode concluir pela análise do quadro precedente, a quase totalidade da verba reconhecida nesta rubrica respeita a gastos relativos ao período em causa, mas cujo processamento e pagamento apenas ocorrerá no período seguinte, em observância pelo princípio da periodização económica.

Quanto aos saldos decorrentes das operações internas, apresentam-se do seguinte modo:

Conselhos Distritais e Delegações	2011	2010
Comparticipação dos CD's em quotizações	-2.196.696,50	-1.549.399,68
Comparticipação do CG em taxas de inscrição	481.973,40	380.652,02
Outras operações internas - créditos do CG	226.283,12	182.595,29
Outras operações internas - dívidas do CG	-172.574,22	-213.282,98
Delegações	8.805,86	
Saldo a favor dos Conselhos Distritais e Delegações	-1.652.208,34	-1.199.435,35

Esclarece-se que o saldo de 2.196.696,50 € respeita à dívida de quotizações de advogados e da parcela já recebida pelo CG, a entregar aos Conselhos Distritais.

No que respeita aos saldos relativos às “outras operações internas” decorrem essencialmente do pagamento de impostos retidos na fonte e outras operações, de conta dos Conselhos Distritais, do pagamento de remunerações de funcionários e de contribuições e descontos para a Segurança Social, de conta do Conselho Distrital de Évora, quantias que serão objeto de acerto de contas, no momento da transferência para cada um dos Conselhos Distritais, das quantias relativas às participações em quotizações, efetuando-se, deste modo, o necessário encontro de contas.

Relativamente ao saldo de 8.805,86 € respeita ao pagamento de salários de funcionários dos Agrupamentos de Delegações de Évora, a compensar com a transferência futura de participações estatutárias.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Pese embora a circunstância de ser da competência do Conselho Geral o pagamento ao Estado de todas as contribuições e impostos da Ordem dos Advogados, as contas do Conselho Geral reflectem apenas as dívidas correntes que lhe são imputáveis, estando as dívidas desta natureza, dos demais órgãos, refletidas nas suas próprias contas.

Deste modo, as dívidas de contribuições e impostos da Ordem dos Advogados encontram-se relevadas nas contas consolidadas.

É a seguinte a posição das contas do Conselho Geral com o Estado e a Segurança Social:

	2.011	2.010
Saldo devedores		
IRC retido na fonte a favor da entidade	24.571,70	10.673,05
Saldos credores		
IRC a pagar	43.784,93	11.458,23
IRS e IRC retido na fonte pela entidade	32.062,25	31.280,89
Iva a pagar	19.790,32	10.937,26
Contribuições e descontos para a Segurança Social	28.851,26	28.013,78
Total a pagar	124.488,76	81.690,16

12. RÉDITO

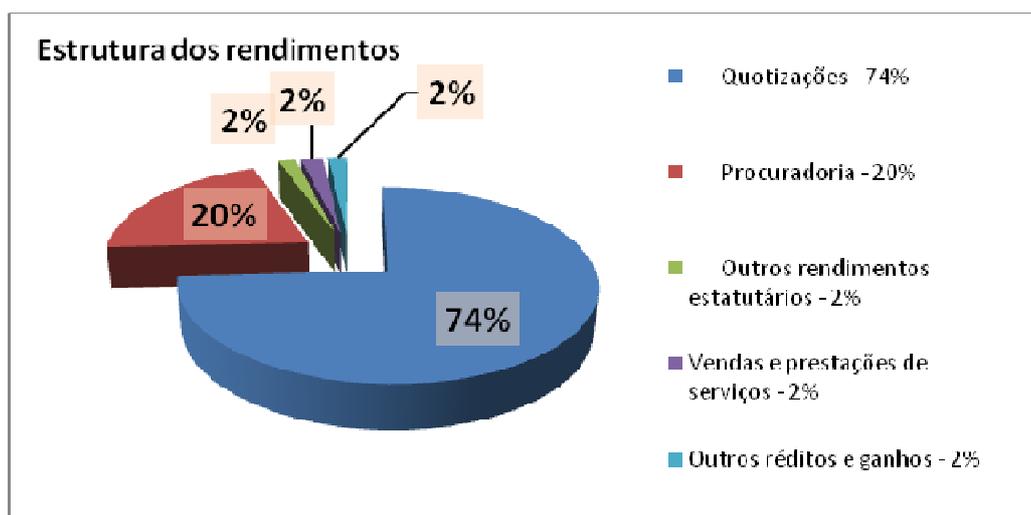
	2.011	2.010
Rendimentos estatutários	12.906.050,50	11.827.117,06
Quotizações	9.956.957,86	9.681.827,24
Procuradoria	2.733.922,23	1.817.755,91
Outros rendimentos estatutários	215.170,41	327.533,91
Vendas e prestações de serviços	273.994,77	162.167,63
Outros réditos e ganhos	240.088,53	89.164,26

Os rendimentos estatutários representam 96% dos rendimentos do Conselho Geral, sendo que as quotizações representam 77% do total dos rendimentos estatutários.

Os restantes cerca de 23% dos rendimentos têm carácter incerto e respeitam a receita da procuradoria e taxas de justiça, emolumentos e ainda a receitas de publicidade, patrocínios e outros.

Realça-se que a receita da procuradoria e de taxas de justiça representa cerca de 20% dos rendimentos do Conselho Geral.

Destaca-se ainda, em relação aos restantes rendimentos, o rendimento de aplicações financeiras no montante de 203.650,83 €, representando cerca de 1,5% dos rendimentos totais, resultado de uma cuidada gestão financeira.



Nesta análise excluem-se, quer os descontos concedidos pelo recebimento antecipado de quotizações, quer a parcela (50%) recuperada dos Conselhos Distritais e Delegações, ou seja:

	2.011	2.010
Desconto concedido	1.253.966,75	1.241.415,16
Recuperação interna do desconto concedido	626.983,38	620.707,58

13. GASTOS COM PESSOAL

Gastos com pessoal	2.011	2.010
Remunerações	1.336.183,52	1.167.547,13
Encargos para a Segurança Social	259.832,09	227.948,04
Seguros de acidentes de trabalho	7.707,20	11.423,43
Seguro de saúde - grupo	39.069,85	36.624,05
Medicina, higiene e segurança	2.657,82	1.762,99
Formação profissional	360,00	242,50
Benefícios (pensões e complemento de reforma)	40.620,72	40.619,32
Outros gastos com pessoal	20.977,30	7.464,23
Total	1.707.408,50	1.493.631,69

O aumento dos gastos com pessoal tem origem no aumento do quadro de pessoal, em resultado das seguintes medidas:

- Transferência de 3 funcionários dos Conselhos Distritais
- Integração no quadro de pessoal de um prestador de serviços cuja atividade se enquadrava no âmbito de um contrato de trabalho
- Admissão de um funcionário com contrato de trabalho a termo certo
- Pagamento de compensação pela rescisão de um contrato de trabalho, por mútuo acordo
- Trabalho suplementar em razão de atividade diversas relacionadas com o VII Congresso e a CNA
- Inclusão da remuneração do Bastonário nos gastos com pessoal, a qual fora orçamentada na rubrica “honorários”, mas que, em virtude da entrada em vigor da Lei 110/2009, de 16/09, alterada pela Lei 119/2009, de 30/12 e pela Lei 55-A/2010, de 31/12, esta remuneração teve de passar a ser tratada como rendimento de trabalho dependente - obrigação de enquadramento no regime geral da segurança social, dos membros de órgãos estatutários.

Os gastos com pessoal abrangem os 51 funcionários que, em média prestaram serviço em todos os serviços e departamentos do Conselho Geral, assim distribuídos:

ORDEM DOS ADVOGADOS CONSELHO GERAL

	<u>2.011</u>	<u>2.010</u>
Secretariado do Bastonário	2	2
Departamento Jurídico	2	2
Departamento de Processos	7	5
Departamento Informático	10	7
Departamento Administrativo	15	16
Biblioteca	5	5
Departamento Financeiro	6	6
Departamento Editorial e Comunicação	4	3
Total	<u>51</u>	<u>46</u>

Realça-se que o Departamento Informático aglutina também as atividades do Acesso ao Direito, bem como as do “*Call Center*”, pelo que os funcionários afetos a estas atividades constam, para efeitos deste relato, neste Departamento.

Os membros dos órgãos estatutários não são remunerados, com exceção do Bastonário, que não consta do quadro de pessoal precedente.

14. GASTOS TOTAIS

No mapa seguinte discriminam-se os gastos totais, descritos pelas suas naturezas, detalhando-se algumas das principais rubricas nos quadros subsequentes.

Esses mesmos gastos apresentam-se divulgados na nota 18 deste Anexo, pelos centros de atividade e ou de análise a que os mesmos foram imputados.

Desenvolvimento dos gastos e perdas

Descrição	2011	2010
Gastos com pessoal	1.707.041,30	1.493.631,69
Remunerações	1.395.804,24	1.167.547,13
Encargos sociais	260.199,29	227.948,04
Outros gastos com pessoal	51.037,77	98.136,52
Fornecimentos e serviços externos	10.868.855,18	9.937.841,88
Quotizações - Comparticipação dos Conselhos Distritais	5.597.315,82	5.462.294,61
Serviços especializados	1.938.634,72	1.690.224,25
Trabalhos especializados	1.309.822,37	1.124.722,81
Divulgação institucional	216.229,08	12.887,07
Vigilância e segurança	18.710,93	18.559,35
Honorários	332.743,91	397.369,78
Comissões	16.478,00	24.031,60
Conservação e reparação	39.119,40	58.894,82
Serviços bancários	5.531,03	53.758,82
Materiais	32.354,50	43.781,42
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	563,36	544,12
Livros e documentação técnica	321,32	752,89
Material de escritório	14.235,79	23.527,16
Artigos para oferta	402,24	2.192,37
Material de decoração	216,51	532,38
Material de limpeza e higiene	16.344,16	16.123,00
Jornais e revistas	94,80	109,50
Outros não especificados	176,32	
Energia e fluidos	43.949,52	28.299,78
Eletricidade	33.752,29	22.207,01
Água	3.046,74	1.529,32
Combustível	7.150,49	4.563,45
Deslocações, estadas e transportes	228.984,51	168.598,00
Deslocações e estadas	204.350,25	152.829,35
Transportes de pessoal	5.491,80	4.388,50
Transportes de materiais	1.002,97	1.564,67
Portagens e estacionamento	8.354,85	6.066,30
Refeições por conveniência serviço de titulares de órgãos	9.652,37	3.749,18
Refeições por conveniência serviço com outras entidades	132,27	

ORDEM DOS ADVOGADOS CONSELHO GERAL

Descrição	2011	2010
Serviços diversos	3.027.616,11	2.544.643,82
Rendas e alugueres	50.574,09	49.852,44
Comunicação	438.697,45	451.823,92
Seguros	1.897.742,55	1.753.745,76
Contencioso e notariado	0,00	100,19
Despesas de representação	4.480,25	3.289,50
Limpeza, higiene e conforto	37.699,99	34.148,05
Águas, cafés e outros	18.842,70	20.226,65
Atividades programáticas, comissões e institutos	579.579,08	231.457,31
Outros gastos e perdas	357.160,34	494.322,27
Impostos e taxas	4.142,71	36.959,18
Ofertas e amostras de inventários	17.550,89	10.366,64
Quotizações de filiação em Associações	60.321,86	59.211,65
Dívidas incobráveis	0,00	33.000,00
Inscrições em eventos	1.374,56	1.765,26
Não especificados	36.838,93	58.582,85
Apoio financeiro a outros órgãos	236.931,39	294.436,69
Subtotal	12.933.056,82	11.925.795,84
Perdas por imparidade de dívidas e reversões (advogados e outros)	275.928,08	3.761,32
Gastos de depreciação do ativo fixo	125.260,96	135.822,66
Custo das mercadorias vendidas	8.575,42	11.769,57
Gastos e perdas totais	13.342.821,28	12.077.149,39

Excluindo os gastos não desembolsáveis, apura-se um aumento dos gastos totais relativamente ao ano de 2010, na ordem dos 8%.

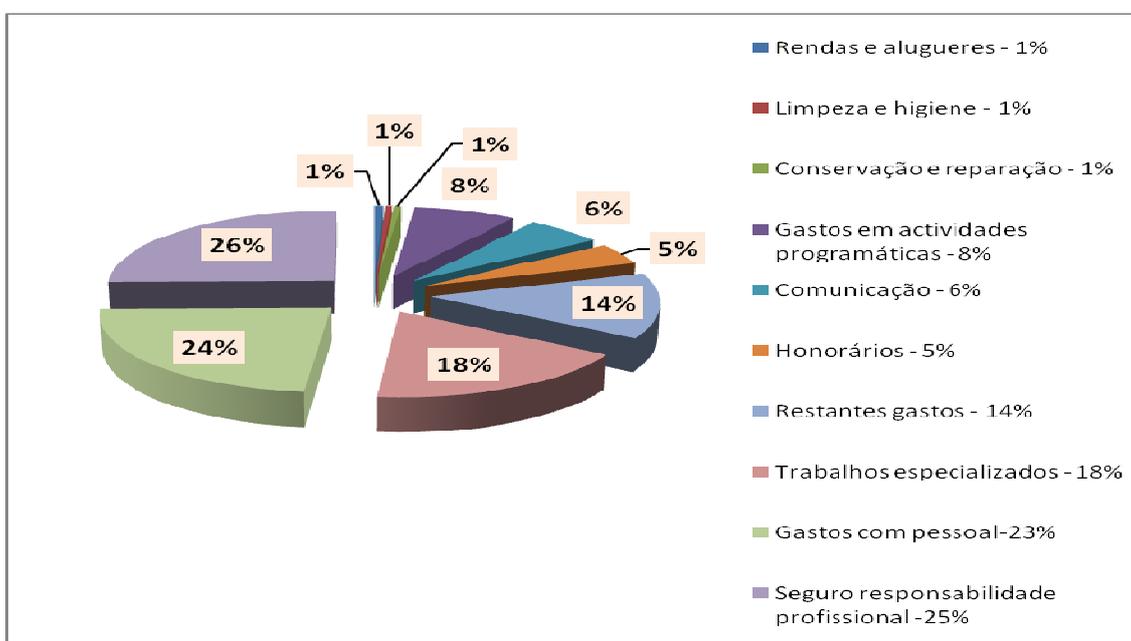
Este aumento não tem carácter estrutural:

- Na realização do VII Congresso dos Advogados;
- Nos gastos de divulgação da OA;
- Promoção da dignificação dos Advogados e da Advocacia, realçando a importância do seu contributo para uma sociedade democrática;
- Os gastos realizados com a auditoria especializada com vista ao diagnóstico da organização, visando a redução dos custos e os gastos das comissões, designadamente da Comissão Nacional de Estágio e Formação e Comissão Nacional de Avaliação, como adiante se discrimina.

Para uma análise por grandes rubricas, sistematizam-se no quadro seguinte as rubricas mais relevantes, remetendo-se também para a análise da execução orçamental.

Resumo dos gastos	2.011	2.010	Variação 2011-2010
Gastos com pessoal	1.707.041	1.493.632	14,29%
Honorários	332.744	397.370	-16,26%
Trabalhos especializados	1.309.822	1.124.723	16,46%
Seguros	1.897.743	1.753.746	8,21%
Rendas e alugueres	50.574	49.852	1,45%
Comunicação	438.697	451.824	-2,91%
Limpeza e higiene	37.700	34.148	10,40%
Conservação e reparação	39.119	58.895	-33,58%
Gastos não desembolsáveis	401.189	139.584	187,42%
Comparticipações estatutárias e apoio a outros órgãos	5.597.316	5.462.295	2,47%
Atividades programáticas, comissões e institutos	579.579	231.457	150,40%
Restantes gastos	953.981	879.624	8,45%
Total	13.345.506	12.077.149	10,50%

Na figura seguinte ilustra-se a estrutura dos gastos, destacando-se as rubricas de maior relevância e peso nos gastos totais, excluindo os gastos não desembolsáveis e as verbas transferidas para os Conselhos Distritais e Delegações, a título de comparticipação em quotizações e de apoio extraordinário.



Nos quadros seguintes detalham-se os gastos de cada uma das rubricas de maior relevância:

Trabalhos especializados

por naturezas

Auditorias	166.713,31
Bases de dados de jurisprudência	81.180,00
Cédulas profissionais	23.421,00
Certificação digital	298.847,94
Assistência a aplicações informáticas (nacional)	57.170,40
Encadernações	4.088,52
Estudos e pareceres	1.014,75
Licenças temporárias	9.328,59
Publicação da Revista	84.548,42
Publicação do Boletim	302.396,29
Reportagens fotográficas	1.045,50
Assistência técnica ao parque informático	32.499,15
Serviços de <i>clipping</i>	11.440,80
Serviços audiovisuais	1.968,00
Serviços de informática	54.954,72
Serviços de tipografia	23.251,25
Serviços jurídicos	118.379,79
Serviços SIBS e CTT (cobrança de quotas)	37.573,94
Total	1.309.822,37

por atividades

Certificação digital	298.847,94
Cédulas profissionais	23.421,00
Boletim e Revista	387.252,21
Contencioso	66.589,05
Contencioso - cobranças de quotas	18.804,24
Cobrança normal	50.901,67
Jurisprudência - base de dados	81.180,00
Departamento Financeiro	57.613,20
Departamento Informático	41.698,14
Biblioteca	3.549,78
Departamento Editorial e Comunicação	805,65
Departamento de Processos	1.018,80
Sistema de Acesso ao Direito	19.643,10
SINOA	35.399,40
Conselho Geral	11.717,55
Conselho Superior	33.640,50
Institucional	1.562,10
Citius	595,32
Gastos comuns	175.582,72

ORDEM DOS ADVOGADOS CONSELHO GERAL

Total | 1.309.822,37

Honorários

Departamento Financeiro	57.527,93
Departamento Jurídico	44.453,83
Departamento de Processos	83.307,05
Sistema de Acesso ao Direito	19.960,00
Boletim	22.958,55
Laudos	31.980,00
Auditoria no âmbito do SADT	39.363,14
Cobrança de quotas	10.193,20
Contencioso	20.652,93
Portal da OA	1.660,50
Sem imputação específica	686,78
Total	332.743,91

Conservação e reparação

Assistência técnica

Instalações elétrica e ar condicionado	5.076,09
Elevadores	919,25
Equipamento informático	16.823,14
Fotocopiadoras	7.457,77
Subtotal	30.276,25
Conservação e reparação de viaturas	3.426,75
Pequenas reparações	5.416,40
Total	39.119,40

Comunicação

por naturezas

Correio físico	277.591,72
Comunicação de dados	127.225,35
Telefone e fax	17.909,83
Telemóveis	15.365,15
TV Cabo	605,40
Total	438.697,45

por áreas

Boletim e Revista	174.148,68
Cobrança de quotas	51.481,31
Sistema de Acesso ao Direito	7.643,88
Conselho Geral	2.314,71
Departamento de Processos	2.434,71
Conselho Superior	81,31
Contencioso	429,78
Departamento Administrativo	560,57
Secretariado do Bastonário	86,66
Financeiro	39,90
Gastos comuns	199.475,94
Total	438.697,45

15. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

As atividades de natureza comercial geraram um resultado negativo de € 2.237,59, donde a ausência de matéria tributável.

Excluem-se os rendimentos de capitais, tributados autonomamente, no montante de 203.650,83 €, a que corresponde o IRC de 43.784,93 €.

De referir que, relativamente a este imposto, já foi efetuada a retenção na fonte de 24.571,70 €, pelo que o pagamento a efetuar é de 19.213,23 €

Contudo, o imposto sobre o rendimento efetivo será apurado nas contas consolidadas.

16. INVESTIMENTOS

As despesas de capital, realizadas, totalizaram 91.001,59 €, distribuídas da seguinte forma:

	2011	2010
Equipamento informático	52.127,66	6.837,65
Programas de informática	10.939,65	32.366,89
Equipamento de escritório	15.018,89	8.632,10
Mobiliário	2.421,99	1.829,10
Outro equipamento		4.101,25
Biblioteca e objetos de arte	10.493,40	19.878,31
Total	91.001,59	73.645,30

A este montante há a acrescer a verba de 228.085,67 €, de certificados digitais e cédulas profissionais, registados na rubrica “Gastos a reconhecer”, com diferimento para três períodos.

17. Responsabilidades não divulgadas nas demonstrações financeiras

Encontra-se em vigor uma garantia bancária prestada pelo BCP, no montante de € 12.444,00. Relacionada com esta garantia bancária existe um depósito a prazo, no montante de € 1.296,87, junto do mesmo Banco.

18. ANÁLISE POR CENTROS DE ATIVIDADE

Realça-se que apenas foi efectuada a imputação dos gastos desembolsáveis directos, não tendo sido efectuada a imputação dos gastos comuns, obtendo-se a seguinte distribuição:

Centros de atividade e ou de análise

Departamentos e Serviços (a)	1.846.257
Seguro de responsabilidade profissional	1.853.000
Gastos comuns e ou não imputados (a)	679.654
Serviços de contencioso	230.307
Publicações (Boletim e Revista)	733.213
Órgãos e Institucional	704.276
Atividades programáticas (b)	361.933
Comissões	177.410
Institutos	34.705
Associações Internacionais	1.931
Jurisprudência - base de dados	81.180
Certificados digitais e cédulas profissionais	322.269
Outros	81.249
Total	7.107.385

(a) – Conforme desenvolvimento no quadro seguinte e página 36

(b) – Conforme quadro da página 35 e anexo da página 5

ORDEM DOS ADVOGADOS CONSELHO GERAL

Departamentos e Serviços	Gastos totais	Dos quais, gastos com pessoal	Peso dos gastos com pessoal
Secretariado do Bastonário	87.289	85.832	98%
Departamento Jurídico	152.548	107.975	71%
Departamento de Processos	290.718	168.805	58%
Departamento Informático	354.904	289.566	82%
Departamento Administrativo	392.832	383.389	98%
Biblioteca	179.831	173.677	97%
Departamento Financeiro	247.252	128.233	52%
Departamento Editorial e Comunicação	140.883	136.551	97%
Gastos com pessoal sem afetação específica		233.013	n/a
	1.846.257	1.707.041	92%

ÓRGÃOS e INSTITUCIONAL

Bastonário	142.493,76
Conselho Superior	100.056,00
Conselho Geral	160.556,55
Institucional	304.316,00

COMISSÕES, INSTITUTOS e ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Comissão dos Direitos Humanos	9.241,52
Comissão Nacional de Estágio e Formação	49.269,94
Comissão Nacional de Avaliação	105.725,89
Comissão para as Relações Internacionais	7.362,33
Comissão Nacional contra a Procuradoria Ilícita	5.810,33

Total 177.410,01

Instituto de Acesso ao Direito	31.730,83
Instituto dos Advogados de Empresa	2.974,53

Total 34.705,36

UALP - União dos Advogados de Língua Portuguesa	1.680,50
UIBA - Union Iberoamericana de Colegios de Abogados	250,00

Total 1.930,50

ATIVIDADES PROGRAMÁTICAS

VII Congresso dos Advogados	293.416,31
Dia do Advogado	33.093,87
Abertura do Ano Judicial	2.360,50
Os 85 anos da Ordem dos Advogados	2.759,05
Tomada de Posse	21.741,72
Assembleia Geral	8.561,76

Total 361.933,21

OUTROS CENTROS DE ANÁLISE COM RELEVÂNCIA

Auditoria no Acesso ao Direito	41.540,88
Citius	709,12
ADVOCAL	3.600,00
SINOA	35.399,40

Serviços de contencioso

Processos em geral	104.116,35
Cobrança coerciva de quotas	126.191,11
Total	230.307,46

Gastos comuns não imputados a qualquer área funcional

Eletricidade	33.752,29
Água	3.046,74
Material de escritório e consumíveis de informática	11.202,39
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	941,78
Comunicação	199.475,94
Seguros	3.149,93
Transportes de artigos	1.002,97
Conservação e reparação de instalações	5.416,40
Conservação e reparação de equipamentos	33.703,00
Limpeza e higiene	54.044,15
Vigilância e segurança	18.710,93
Honorários	686,78
Trabalhos especializados	175.582,72
Divulgação	2.042,77
Águas, cafés e outros	18.842,70
Serviços bancários	5.531,03
Pensões e complementos de reforma	40.620,72
Seguro acidentes de trabalho	7.707,20
Seguro de saúde grupo	39.069,85
Medicina, higiene e segurança	2.656,48
Despesas de confraternização com pessoal	1.374,10
Portagens e estacionamento	299,50
Deslocações e estadas	834,17
Impostos e taxas	977,50
Custo dos artigos da "loja" vendidos	8.575,42
Total de gastos comuns	669.247,46

Análise da execução orçamental

Ano 2011

Nota prévia

Em complemento da análise das contas importa também analisar as mesmas na ótica da execução orçamental.

Esta análise irá debruçar-se essencialmente sobre as rubricas que apresentam desvio significativo face ao orçamento e bem assim explicar e justificar as principais verbas realizadas.

Começando por efetuar a análise em termos globais, desde logo se constata a existência de um desvio desfavorável de cerca de 5,5% nas receitas totais e também um desvio desfavorável de cerca de 1,6% nas despesas correntes.

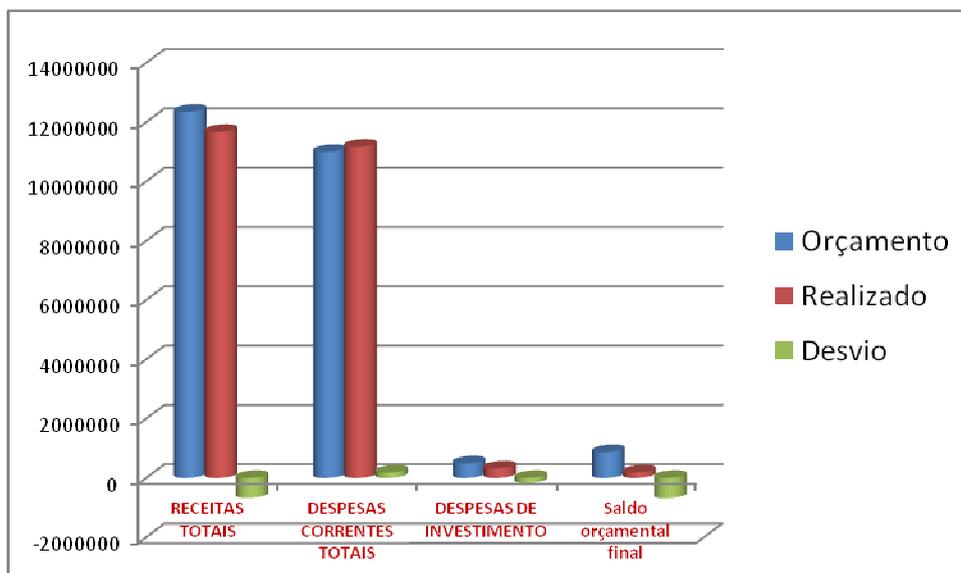
Desta conjugação resultou um desvio significativo no excedente gerado, ligeiramente atenuado com um desvio favorável nas despesas de capital.

Ou seja, para um saldo final orçamental previsto de 867.132,11 €, a execução fixou-se em 182.768,08 €.

SÍNTESE

Descrição	Orçamento	Realizado	Desvio	
			Valor	%
RECEITAS TOTAIS	12.346.160,24	11.671.385,62	-674.774,62	-5,47%
EXCEDENTE GERADO	1.354.980,11	501.855,34	-853.124,76	-62,96%
DESPEAS CORRENTES TOTAIS	10.991.180,13	11.169.530,28	178.350,14	1,62%
DESPEAS DE INVESTIMENTO	487.848,00	319.087,26	-168.760,74	-34,59%
Saldo orçamental final	867.132,11	182.768,08	-684.364,02	-78,92%

A figura seguinte ilustra este desempenho global



Análise de detalhe

Importa, por conseguinte, identificar as rubricas e os factos que deram origem aos desvios referidos.

RECEITAS CORRENTES

RECEITAS CORRENTES				
Descrição	Orçamento	Realizado	Desvio	
			Valor	%
Quotizações estatutárias	10.098.472,14	8.925.998,53	-1.172.473,61	-11,61%
Comparticipação em taxas de inscrição de advogados	77.688,10	0,00	-77.688,10	-100,00%
Receita da Procuradoria e das taxas de justiça	1.300.000,00	2.227.531,51	927.531,51	71,35%
Laudos	100.000,00	101.401,55	1.401,55	1,40%
Publicidade	100.000,00	114.703,13	14.703,13	14,70%
Patrocínios	0,00	24.296,58	24.296,58	n/a
Restantes receitas	670.000,00	277.454,32	-392.545,68	-58,59%
Receitas totais	12.346.160,24	11.671.385,62	-674.774,62	-5,47%

Começando pelas receitas correntes (e totais, na medida em que não houve, como por regra não há, receitas de capital), constatamos que a principal rubrica e que representa 76,50% das receitas totais - quotizações -, apresenta um desvio desfavorável de mais de 11%, o que se traduz em mais de um milhão de euros, em valor absoluto.

Por outro lado e a compensar significativamente este desvio desfavorável, a receita da procuradoria apresenta um desvio favorável superior a 70% que, por se tratar de uma rubrica que representa cerca de 19% das receitas do Conselho Geral, contribuiu decisivamente para que o saldo da execução orçamental não fosse negativo.

Quanto às restantes receitas, com características de ocorrência irregular e incerta quanto aos valores, nada de relevante há a destacar, exceto que os rendimentos de aplicações financeiras suplantaram o previsto mercê de uma melhor gestão financeira das disponibilidades e ainda que não se concretizou o recebimento da compensação esperada receber do IGFIJ, no âmbito do Sistema de Acesso ao Direito.

Descrição	Orçamento	Realizado	Desvio	
			Valor	%
Vendas de mercadorias e prestação de serviços	10.000,00	14.644,02	4.644,02	46,44%
Serviços de apoio a advogados	100.000,00	131.406,17	31.406,17	31,41%
Protocolos e parcerias	0,00	9.862,28	9.862,28	n/a
Juros obtidos e outros rendimentos financeiros	60.000,00	113.984,17	53.984,17	89,97%
Outras receitas	0,00	7.557,68	7.557,68	n/a
Reembolso do Estado - Encargos suportados	500.000,00	0,00	-500.000,00	-100,00%

DESPESAS CORRENTES

Em anexo, páginas 49 a 51, encontra-se o mapa da execução orçamental, global e detalhado.

Deste mapa destacamos os grandes grupos das despesas correntes e, logo temos a percepção das rubricas em que se verificam os principais desvios desfavoráveis, remetendo-se para a nota 14 do Anexo, o desenvolvimento das principais rubricas.

Despesas correntes - grandes grupos

Descrição	Orçamento	Realizado	Desvio	
Serviços especializados	1.349.975,91	1.506.375,90	156.399,99	11,59%
Materiais	46.236,18	32.354,50	-14.058,00	-30,40%
Energia e fluidos	26.992,14	43.949,52	16.957,38	62,82%
Deslocações, estadas e transportes	122.860,39	181.582,33	58.721,94	47,80%
Serviços diversos	2.496.814,90	2.464.141,67	-32.673,23	-1,31%
Gastos com pessoal	1.535.777,90	1.707.041,30	171.263,40	11,15%
Outros gastos e perdas	363.286,65	723.512,73	360.226,08	99,16%

Assim, em “**Serviços especializados**”, destacamos com desvio desfavorável:

	Orçamento	Realizado	Desvio	
Trabalhos especializados	944.457,92	966.369,75	21.911,83	2,32%
Divulgação institucional e obrigatória	12.129,64	179.329,08	167.199,44	1378,44%

Trabalhos especializados

Constam das atividades de auditoria, de disponibilização de base de dados de jurisprudência, de serviços de tipografia, audiovisuais, produção do Boletim e Revista, entre outros.

O desvio desfavorável é explicado pela contratação do serviço de auditoria à Deloitte, por adjudicação em concurso, com vista à reorganização dos serviços da OA e racionalização dos gastos, contratação que não fora contemplada no orçamento.

Divulgação institucional e obrigatória

Respeita a publicações de anúncios de assembleias gerais, de divulgação de eventos e atividades e, no ano em análise, à divulgação da Ordem dos Advogados, promovendo a sua dignificação, a dos Advogados e a da Advocacia. Esta atividade não fora contemplada no orçamento, o que explica o desvio desfavorável registado.

Do grupo “**Materiais**”, que consta de material de escritório, livros e documentação técnica, artigos para oferta, entre outros, não tecemos considerações, na medida em que os desvios se apresentam favoráveis ou, se desfavoráveis, não são materialmente relevantes.

No grupo “**Energia e fluidos**” todas as rubricas apresentam desvio desfavorável:

	Orçamento	Realizado	Desvio	
Eletricidade	20.549,08	33.752,29	13.203,21	64,25%
Combustíveis	4.660,78	7.150,49	2.489,71	53,42%
Água	1.782,28	3.046,74	1.264,46	70,95%

O aumento do preço destes bens e serviços explica, em parte, o desvio desfavorável apurado.

No caso da eletricidade, além do aumento do preço do serviço, o aumento da taxa do IVA, do escalão reduzido para o escalão normal, também influenciou o preço (recorda-se que a atividade da OA não permite o exercício ao direito à dedução do IVA, pelo que este é sempre custo imputável ao bem ou ao serviço adquirido).

Acresce que a potência contratada é desadequada às necessidades de consumo, o que se traduz num consumo / custo mais elevado.

Está em curso o estudo técnico com vista à regularização da situação, através da revisão do contrato com o fornecedor.

Por outro lado, também o consumo experimentou um aumento, em função da necessidade de criar um ambiente com temperatura adequada no local onde se encontram os servidores de informática.

Relativamente ao combustível, para além do aumento dos preços, teve lugar maior número de deslocações, em razão das atividades desenvolvidas pela OA, com a conseqüente necessidade de maior número de deslocações a realizar pelo Bastonário, a quem a viatura se encontra afeta.

No caso da água, mais do que o aumento do preço do bem e do serviço, aumentaram as taxas fixas que se pagam, independentemente do consumo de água.

Relativamente às “**deslocações e estadas**”, o desvio está relacionado com o valor insuficientemente orçamentado.

	Orçamento	Realizado	Desvio	
Deslocações e estadas de membros de órgãos da OA	98.350,00	144.827,66	46.477,66	47,26%
Deslocações e estadas de outras entidades	2.500,00	9.089,21	6.589,21	263,57%
Portagens e estacionamento	5.809,45	8.354,85	2.545,40	43,81%

Por exemplo, não foram previstas, nem poderiam ter sido, as deslocações realizadas no âmbito da auditoria promovida pelo MJ e pela OA, em sede do Sistema do Acesso ao Direito.

Também não foram contempladas no orçamento deslocações que se realizaram no âmbito institucional, em representação da Ordem em eventos internacionais, como as deslocações e participações em reuniões plenárias e em conferências promovidas pelo CCBE.

No grupo “**Serviços diversos**”, destacamos as seguintes rubricas:

	Orçamento	Realizado	Desvio	
Rendas e alugueres de instalações	50.232,79	50.574,09	341,30	0,68%
Comunicação	381.741,50	438.697,45	56.955,95	14,92%
Seguros	1.992.022,01	1.897.742,55	-94.279,46	-4,73%
Limpeza, higiene e conforto	35.318,59	37.699,99	2.381,40	6,74%
Águas, cafés e outros	15.000,00	18.842,70	3.842,70	25,62%
Refeições por conveniência de serviços de membros de órgãos da OA	5.000,00	9.652,37	4.652,37	93,05%

Embora o desvio, no conjunto das rubricas deste grupo se apresente ligeiramente favorável, ainda assim importa destacar algumas das rubricas, em particular a rubrica de Seguros, cujo desvio favorável se fica a dever essencialmente ao prémio

do seguro de responsabilidade profissional, cuja previsão de € 1.950.000,00, se fixou em € 1.853.000,00.

Realça-se que, o prémio deste seguro foi entretanto negociado com outra empresa, prevendo-se uma redução, para o futuro, ou seja, a partir do corrente ano de 2012, na ordem dos 500.000,00€.

Tendo os gastos em comunicação sido inferiores aos realizados em 2010, o desvio desfavorável nesta rubrica explica-se por um orçamento insuficiente.

Quanto à rubrica limpeza, higiene e conforto o desvio justifica-se pelo aumento dos preços, parte do qual na alteração das taxas do IVA.

O desvio desfavorável em gastos com águas, cafés e outros relaciona-se também com um orçamento insuficiente.

O mesmo tendo acontecido com as refeições por conveniência de serviço dos membros dos órgãos.

Gastos com pessoal	Orçamento	Realizado	Desvio
Gastos totais	1.535.777,90	1.707.041,30	171.263,40 11,15%

A variação dos gastos com pessoal relativamente ao ano de 2010, já foi explicada na nota 13 do Anexo.

Comissões, Institutos e atividades programáticas	Orçamento	Realizado	Desvio
Gastos totais	270.000,00	579.579,08	309.579,08 114,66%

O valor global orçamentado, sem afetação específica por entidade ou atividade, manifestou-se insuficiente, quer para as Comissões (designadamente a CNEF e a CNA), quer para as atividades, de que se destaca o VII Congresso da Ordem dos Advogados.

ORDEM DOS ADVOGADOS CONSELHO GERAL

No relatório sobre as contas encontra-se o desenvolvimento dos gastos com cada uma das atividades, comissões, institutos e associações internacionais, desenvolvendo-se, no quadro seguinte, esses mesmos gastos por naturezas.

Desdobramento dos gastos relacionados com as atividades programáticas, comissões, institutos e associações internacionais

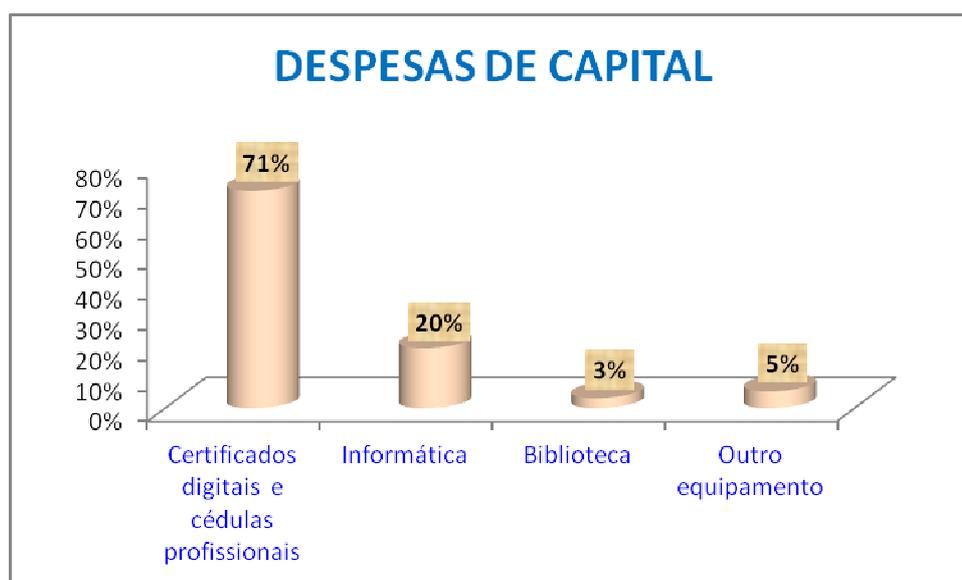
Descrição	2.011	2.010
Fornecimentos e serviços externos	560.587,80	228.734,85
Serviços especializados	395.243,95	127.180,35
Trabalhos especializados	242.890,67	63.104,91
Divulgação institucional	4.729,64	1.148,53
Vigilância e segurança		93,36
Honorários	147.623,64	62.833,55
Serviços bancários		0,00
Materiais	27.978,30	12.404,84
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		1.140,51
Material de escritório	969,08	3.056,25
Artigos para oferta (inclui medalhas para membros dos órgãos)	23.213,68	7.037,17
Donativos	3.600,00	
Material de decoração	195,54	1.170,91

Descrição	2.011	2.010
Deslocações, estadas e transportes	90.068,38	41.191,68
Deslocações e estadas	81.677,31	33.079,30
Transportes de materiais	307,50	900,25
Refeições por conveniência serviço de titulares de órgãos	2.005,75	7.212,13
Refeições por conveniência serviço de outras entidades	6.077,82	
Serviços diversos	47.297,17	47.957,98
Rendas e alugueres	9.701,09	612,40
Comunicação	32.348,89	26.876,08
Despesas de representação	5.055,00	19.587,72
Limpeza, higiene e conforto	192,19	859,46
Águas, cafés e outros	0,00	22,32
Outros gastos e perdas	18.991,28	2.722,26
Quotizações de filiação em Associações	2.500,00	2.500,00
Apoio financeiro do CG para eventos	12.226,46	
Artigos da loja	3.721,40	
Não especificados	543,42	222,26
Gastos e perdas totais	579.579,08	231.457,11

DESPEASAS DE CAPITAL

Os gastos incorridos com as despesas de capital ficaram à quem do orçamentado, em cerca de 65%, donde o desvio favorável registado.

Esses investimentos repartiram-se do modo que a figura seguinte o ilustra.



CONCLUSÃO

O facto de o saldo orçamental final ter ficado afastado do previsto deve ser devidamente interpretado à luz da realização de diversas atividades de carácter extraordinário, destacando-se o VII Congresso da OA e a Campanha para a promoção da dignificação da OA, dos Advogados e da Advocacia e bem assim a Auditoria à Organização e Custos da Ordem dos Advogados), não tendo sido devidamente contempladas no orçamento.

Tal não significa que não deva ser levada em conta a racionalização dos gastos, compaginada com a reorganização dos serviços em que todos estamos empenhados e também não arredar das preocupações quanto à realização das receitas, sem o que a OA não poderá realizar os seus objetivos - regular a profissão, dignificando a Advocacia.

ORDEM DOS ADVOGADOS

CONSELHO GERAL

Execução orçamental - 2011

Descrição	Orçamento	Realizado	Desvio	
			Valor	%
DESPESAS CORRENTES				
Serviços especializados	1.349.975,91	1.506.375,90	156.399,99	11,59%
Trabalhos especializados	944.457,92	966.369,75	21.911,83	2,32%
Divulgação institucional e obrigatória	12.129,64	179.329,08	167.199,44	1378,44%
Vigilância e segurança	17.511,85	18.710,93	1.199,08	6,85%
Honorários	335.158,18	283.753,71	-51.404,47	-15,34%
Comissões	0,00	13.562,00	13.562,00	n/a
Conservação e reparação - contratos de assistência técnica	33.418,32	33.703,00	284,68	0,85%
Conservação e reparação - serviços de manutenção	5.000,00	5.416,40	416,40	8,33%
Serviços bancários	2.300,00	5.531,03	3.231,03	140,48%
Materiais	46.236,18	32.354,50	-14.058,00	-30,40%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	750,00	563,36	-186,64	-24,89%
Livros e documentação técnica	1.000,00	321,32	-678,68	-67,87%
Material de escritório e consumíveis de informática	25.000,00	14.235,79	-10.764,21	-43,06%
Artigos para oferta	5.000,00	402,24	-4.597,76	-91,96%
Ornamentação e decoração	0,00	216,51	216,51	n/a
Material de limpeza e higiene	14.336,18	16.344,16	2.007,98	14,01%
Jornais e revistas	150,00	94,80	-55,20	-36,80%
Outros	0,00	176,32	176,32	n/a
Energia e fluidos	26.992,14	43.949,52	16.957,38	62,82%
Eletricidade	20.549,08	33.752,29	13.203,21	64,25%
Combustíveis	4.660,78	7.150,49	2.489,71	53,42%
Água	1.782,28	3.046,74	1.264,46	70,95%
Deslocações, estadas e transportes	122.860,39	181.582,33	58.721,94	47,80%
Deslocações e estadas de pessoal	9.739,41	3.163,47	-6.575,94	-67,52%
Transportes de pessoal	4.961,52	5.491,80	530,28	10,69%
Deslocações e estadas de membros de órgãos da OA	98.350,00	144.827,66	46.477,66	47,26%
Deslocações e estadas de outras entidades	2.500,00	9.089,21	6.589,21	263,57%
Transporte de mercadorias e outros materiais	1.000,00	1.002,97	2,97	0,30%
Portagens e estacionamento	5.809,45	8.354,85	2.545,40	43,81%
Refeições com entidades terceiras	500,00	9.652,37	9.152,37	1830,47%
Serviços diversos	2.496.814,90	2.464.141,67	-32.673,23	-1,31%
Rendas e alugueres de instalações	50.232,79	50.574,09	341,30	0,68%
Comunicação	381.741,50	438.697,45	56.955,95	14,92%
Seguros	1.992.022,01	1.897.742,55	-94.279,46	-4,73%
Contencioso e notariado	1.000,00	0,00	-1.000,00	-100,00%

Despesas de representação	10.000,00	4.480,25	-5.519,75	-55,20%
Limpeza, higiene e conforto	35.318,59	37.699,99	2.381,40	6,74%
Águas, cafés e outros	15.000,00	18.842,70	3.842,70	25,62%
Refeições por conveniência de serviços de membros de órgãos da OAA	5.000,00	9.652,37	4.652,37	93,05%
Medalhas para novo mandato	6.500,00	6.452,27	-47,73	-0,73%
Subtotal	4.042.879,51	4.228.403,92	185.348,08	4,58%

Comparticipação por outros órgãos em quotizações estatutárias	5.049.236,07	4.273.640,94	-775.595,13	-15,36%
Dotações extraordinárias concedidas a outros órgãos	0,00	236.931,39	236.931,39	n/a

Gastos com pessoal	1.535.777,90	1.707.041,30	171.263,40	11,15%
Remuneração de órgãos sociais	0,00	142.493,76	142.493,76	n/a
Ordenados e salários	0,00	101.140,00	101.140,00	n/a
Subsídio de férias	0,00	15.560,00	15.560,00	n/a
Subsídio de natal	0,00	7.780,00	7.780,00	n/a
Encargos sobre remunerações	0,00	18.013,76	18.013,76	n/a
Remunerações do pessoal e benefícios	1.219.375,77	1.271.324,24	51.948,47	4,26%
Ordenados e salários	801.163,56	815.037,41	13.873,85	1,73%
Subsídio de férias	76.074,70	89.988,26	13.913,56	18,29%
Subsídio de natal	76.074,70	78.515,09	2.440,39	3,21%
Prémio de desempenho, de assiduidade e similares	0,00	1.834,39	1.834,39	n/a
Diuturnidades	26.400,00	26.531,26	131,26	0,50%
Isenção de horário de trabalho	83.532,81	74.254,64	-9.278,17	-11,11%
Trabalho suplementar	15.000,00	38.737,17	23.737,17	158,25%
Subsídio de refeição isento de contribuições e impostos	71.356,12	22.753,48	-48.602,64	-68,11%
Subsídio de refeição não isento de contribuições e impostos	23.154,56	62.701,82	39.547,26	170,80%
Abonos para falhas	1.800,00	1.350,00	-450,00	-25,00%
Benefícios pós-emprego (complemento de reforma)	12.421,36	9.949,56	-2.471,80	-19,90%
Pensões	32.397,96	30.671,16	-1.726,80	-5,33%
Compensações por rescisão ou denúncia de contratos	0,00	19.000,00	19.000,00	n/a
Encargos sobre remunerações	226.888,47	241.818,33	14.929,86	6,58%
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	12.197,29	7.707,20	-4.490,09	-36,81%
Seguro de saúde grupo	32.339,70	39.069,85	6.730,15	20,81%
Medicina, higiene e segurança	3.136,68	2.657,82	-478,86	-15,27%
Formação profissional	40.250,00	360,00	-39.890,00	-99,11%
Gastos de confraternização com pessoal	1.440,00	1.550,10	110,10	7,65%
Refeições por conveniência de serviço	150,00	60,00	-90,00	-60,00%
Outros gastos e perdas	363.286,65	723.512,73	360.226,08	99,16%
Impostos	9.000,00	4.142,71	-4.857,29	-53,97%
Quotizações	61.286,65	60.321,86	-964,79	-1,57%
Ofertas e amostras de inventários	15.000,00	16.256,59	1.256,59	8,38%
Outros	0,00	38.213,49	38.213,49	n/a
Comissões, Institutos e actividades	270.000,00	579.579,08	309.579,08	114,66%
Compras (artigos destinados a venda)	8.000,00	24.999,00	16.999,00	212,49%
DESPESAS CORRENTES TOTAIS	10.991.180,13	11.169.530,28	178.173,82	1,62%

RECEITAS CORRENTES

Receitas Estatutárias	10.176.160,24	11.153.530,04	-1.250.161,71	-12,29%
Quotizações estatutárias	10.098.472,14	8.925.998,53	-1.172.473,61	-11,61%
Comparticipação em taxas de inscrição de advogados	77.688,10	0,00	-77.688,10	-100,00%
Receita da Procuradoria e das taxas de justiça	1.300.000,00	2.227.531,51	927.531,51	71,35%
Laudos	100.000,00	101.401,55	1.401,55	1,40%
Outras receitas	770.000,00	416.454,03	-353.545,97	-45,92%
Vendas de mercadorias e prestação de serviços	10.000,00	14.644,02	4.644,02	46,44%
Serviços de apoio a advogados	100.000,00	131.406,17	31.406,17	31,41%
Protocolos e parcerias	0,00	9.862,28	9.862,28	n/a
Juros obtidos e outros rendimentos financeiros	60.000,00	113.984,17	53.984,17	89,97%
Publicidade	100.000,00	114.703,13	14.703,13	14,70%
Patrocínios	0,00	24.296,58	24.296,58	n/a
Outras receitas	0,00	7.557,68	7.557,68	n/a
Reembolso do Estado - Encargos suportados	500.000,00	0,00	-500.000,00	-100,00%
RECEITAS CORRENTES TOTAIS	12.346.160,24	11.671.385,62	-674.774,62	-5,47%
EXCEDENTE GERADO	1.354.980,11	501.855,34	-852.948,44	-62,95%

DESPESAS DE CAPITAL

Equipamento de informática	53.216,00	52.127,66	-1.088,34	-2,05%
Programas de informática	90.200,00	10.939,65	-79.260,35	-87,87%
Mobiliário	2.500,00	2.421,99	-78,01	-3,12%
Equipamento diverso	2.500,00	15.018,89	12.518,89	500,76%
Biblioteca	20.000,00	10.493,40	-9.506,60	-47,53%
Certificados digitais e cédulas	319.432,00	228.085,67	-91.346,33	-28,60%
DESPESAS DE CAPITAL TOTAIS	487.848,00	319.087,26	-168.760,74	-34,59%

RECEITAS DE CAPITAL

			0,00	n/a
			0,00	n/a
			0,00	n/a
RECEITAS DE CAPITAL TOTAIS	0,00	0,00	0,00	n/a
SALDO FINAL	867.132,11	182.768,08	-684.187,70	-78,90%

GASTOS COM ATIVIDADES PROGRAMÁTICAS

Descrição	Dia do Advogado	VII Congresso dos Advogados	Abertura do Ano Judicial	Comemoração 85 anos OA	Assembleias Gerais	Tomada de posse
-----------	-----------------	-----------------------------	--------------------------	------------------------	--------------------	-----------------

Despesas

Serviços de tipografia	1.233,69	70.673,35		1.954,30		
Serviços Catering		65.060,96				
Deslocações e estadas de membros dos órgãos	6.473,89	35.353,94	2.360,50		1.423,82	12.412,88
Comunicação	24,60	31.109,80		804,75		
Serviços audiovisuais		26.882,27			5.092,20	1.230,00
Transporte de convidados	1.270,00	19.885,45				
Organização de eventos		16.991,22				
Entretenimentos e atividades lúdicas		7.874,35				
Ofertas e amostras de inventários	860,26	4.730,51				
Artigos para oferta	5.714,92	4.037,18				6.552,27
Apoio financeiro do CG	10.000,00	2.226,46				
Honorários	1.368,81	1.549,80				
Medalhas		1.294,30				
Deslocações e estadas de pessoal	99,75	791,65			76,20	271,90
Despesas de representação	4.455,00	600,00				
Divulgação institucional		455,64			1.771,20	
Refeições conven. serviço membros dos órgãos	1.539,00	178,03				263,90
Deslocações - outros						529,50
Material de escritório	46,95				4,20	
Outros não especificados	7,00				1,95	284,47
Limpeza e higiene					192,19	
Transportes						196,80
Artigos para a loja		3.721,40				
Despesas totais	33.093,87	293.416,31	2.360,50	2.759,05	8.561,76	21.741,72

Receitas

Artigos Loja	705,92	3.357,98				
Inscrições em outros eventos	1.821,00	7.340,00				
Patrocínios	11.910,58	41.786,59				
Receitas totais	14.437,50	52.484,57	0,00	0,00	0,00	0,00

Custo efetivo	18.656,37	240.931,74	2.360,50	2.759,05	8.561,76	21.741,72
----------------------	------------------	-------------------	-----------------	-----------------	-----------------	------------------